O DEBATE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE HANNAH ARENDT

Regina Laisner

RESUMO: Uma discussão bastante presente atualmente se refere às possibilidades da construção efetiva da democracia na sociedade brasileira, na qual seja possível a participação política ativa dos cidadãos, não no que diz respeito apenas à sua incorporação ao sistema político no sentido estrito, mas sim a participação efetiva através de arenas públicas de representação e negociação. A obra de Hannah Arendt é retomada neste artigo pelo fato desta autora tratar de questões que se fazem atuais nestas discussões sobre o aprofundamento da democracia no Brasil, ao elaborar uma teoria da política que inclui a necessidade da construção de arenas públicas de participação mediadas pelo direito como parâmetro.

UNITERMOS: Brasil, democracia, espaços públicos, direitos, Hannah Arendt.

INTRODUÇÃO

São imensos os desafios que atualmente se colocam para a construção de uma democracia efetiva no Brasil. Apesar da queda do

governo autoritário e a restauração da institucionalidade democrática, convivemos ainda com profundas desigualdades sociais, com amplas camadas de cidadãos de “segunda classe”, com imensos obstáculos à justiça, com a violação dos direitos mais essenciais, com a fome, com a miséria, com a violência, com o preconceito e a discriminação. O fim da ditadura não assegurou o direito mínimo de respeito à vida, à liberdade e à igualdade no tratamento legal.

Esta realidade demonstra que o Estado de Direito foi incapaz de instaurar uma sociedade efetivamente democrática e sugere que a construção da democracia se estende para além da questão de um regime democrático, da reforma e da consolidação das instituições políticas tradicionais da democracia, o que faz compreender a implantação da democracia como algo muito mais profundo do que a mera instalação de processos institucionais.¹

Uma democracia efetiva deve basear-se na participação política dos cidadãos como atores relevantes nas decisões dos negócios públicos, o que supõe não apenas a sua incorporação ao sistema político no seu sentido estrito, mas a sua participação efetiva através de arenas públicas de negociação e interlocução, que viabilizem uma gestão da coisa pública, tendo como parâmetro o reconhecimento e a universalização dos direitos.

No Brasil a maioria da população, principalmente aquela mais empobrecida, sente-se à margem da sociedade sem poder expressar suas demandas e opiniões, pois não se sente pertencente ao mundo da “política”. Estes indivíduos sentem-se excluídos de espaços onde

¹ Nesta direção há atualmente uma série de esforços no sentido de reconceitualizar a noção de democracia. Ver, por exemplo, Dagnino, Evelina. “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: Dagnino, Evelina (org.). *Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp.104 e 105.

possam “falar” e serem “ouvidos”, e a ausência destes espaços de reconhecimento traduz-se na dificuldade de formular os dramas cotidianos (individuais e coletivos) na linguagem pública dos direitos, tendendo, por isso, a serem equacionados no interior de códigos da vida privada (Telles, 1994, p.45). Dessa forma, não se constituem espaços públicos onde as pessoas possam sentir-se participantes da esfera pública – arenas nas quais os sujeitos sejam passíveis de reconhecimento enquanto cidadãos portadores de interesses e de direitos.

A maior parte da obra de Hannah Arendt está ligada à sua experiência e à sua interpretação do fenômeno totalitário. O totalitarismo representa uma proposta de organização da sociedade que almeja a dominação total dos indivíduos. Nele, tudo se apresenta como político e tudo aparece como público, e se não existe fronteira entre a política e a não política, a própria política desaparece, pois a política sempre implicou uma relação definida entre os homens. Apagada a distinção entre público e privado também desaparecem tanto a esfera do público, como a do privado. O que surge é o social, comandado por um aparelho dominante. O totalitarismo afirma a lei acima dos homens, mas na verdade a lei não é apenas violada: os critérios para o permitido e o proibido são apagados. Além disso, o que se chama ação, não é mais ação, já que não há mais atores, e fala, não é mais fala, por não circular. (Lefort, 1991a).

A elaboração da teoria da política de Arendt, segundo Claude Lefort (1991a), um intérprete da sua obra, dá uma reviravolta na imagem do totalitarismo, criando uma teoria da política que recusa a forma como esta foi tratada por este fenômeno político. Como resultado, a interpretação desta autora amplia o entendimento da política, desvinculando-a de uma abordagem restrita à arena dos partidos políticos e do Estado. Isto decorre do fato de Arendt referir-se à política como um espaço no qual as decisões dizem respeito a todos e que tem como fundamento a participação de todos. Sua teoria da política supõe portanto, a existência de espaços públicos de interlocução e negociação,

que tenham os direitos como parâmetros para o relacionamento social. É neste aspecto que julgo que as questões colocadas por Hannah Arendt, apresentam-se como bastante interessantes à discussão sobre as possibilidades de se construir no Brasil de hoje uma sociedade mais democrática.

Apesar de seus limites, muito destacados por vários de seus críticos, com os quais concordamos em vários aspectos, esta autora elabora algumas concepções que se fazem atuais nas discussões sobre o aprofundamento da democracia na sociedade brasileira e que merecem ser retomadas. Neste artigo, portanto, pretendo apresentar uma discussão em torno dos conceitos de *política, espaço público e direitos*, caracterizados em algumas obras desta autora.

Portanto, não me deterei em fazer uma discussão detalhada da obra de Hannah Arendt, mas sim uma análise em torno destes três conceitos, em uma tentativa de atualização de seu pensamento tendo em vista a discussão da construção da democracia no Brasil.

A AMPLIAÇÃO DA POLÍTICA

Hannah Arendt concebe a política fazendo referência ao momento da cidade grega da Antigüidade e, nos tempos modernos, ao momento da Revolução Americana e da Revolução Francesa. Segundo ela, quando a cidade de Atenas chamou sua constituição de isonomia, ou quando os romanos disseram ser a *civitas* sua forma de governo, tinham em mente um conceito de poder e de lei cuja essência não se fixava na relação ordem-obediência, e na qual não se identificava poder com domínio ou lei com ordens. E os revolucionários do século XVIII recorreram a estes exemplos quando constituíram uma forma de governo baseado no poder do povo, que poria um fim ao domínio do homem sobre o homem.

No caso da Grécia, instala-se, para Arendt, não um espaço geográfico, mas um campo no qual os homens se reconhecem como iguais, discutem e decidem em comum. Neste espaço, os homens devem expor suas opiniões por meio do discurso. O poder exerce-se aí numa relação entre os homens que é uma troca de falas, em vista das decisões que concernem a todos. A própria existência desse espaço é a condição do aparecimento de um “mundo comum” que se encontra aberto à multiplicidade de perspectivas. Assim, para Hannah Arendt, o poder surge da associação entre os homens e da troca de opiniões, através das quais instauram suas próprias leis. Desse modo, o espaço público se qualifica como espaço de deliberação conjunta, no qual os homens tornam-se interessados e responsáveis pelas questões que dizem respeito a um destino comum.

Hannah Arendt define o poder como a capacidade humana não somente de agir, mas de agir de comum acordo. O poder nunca é propriedade de um indivíduo. Ele pertence a um grupo e existe somente enquanto o grupo se conserva unido (Arendt, 1973). “Quando dizemos que alguém está no ‘poder’ queremos dizer que está autorizado por um certo número de pessoas a atuar em nome delas. No momento em que o grupo do qual se originou a princípio o poder – desaparecer, ‘seu poder’ desaparece também.” (Arendt, 1973, p.123). Portanto, para Arendt, o poder não é opressão, nem coerção, mas sim a aptidão humana para agir em conjunto. Trata-se de um fenômeno coletivo que surge da comunicação entre os homens, a fim de que haja a concordância quanto a um caminho comum de ação (Lafer, 1988).

De acordo com Hannah Arendt é a busca da liberdade o motivo pelo qual os homens convivem politicamente organizados. O homem só se dá conta da existência da sua liberdade em contato com os outros homens. Sem um espaço público, falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer. A liberdade como fato demonstrável e a política coincidem e são relacionadas uma a outra como os dois lados da mesma matéria. (Arendt,

1988) “(...) a *raison d’être* da política é a liberdade e essa liberdade é vivida basicamente na ação”. (Arendt, 1988, p.76) Para que os indivíduos se tornem livres, a ação deve ser livre, pois os homens são livres enquanto agem, nem antes, nem depois, já que ser livre e agir são a mesma coisa.

Essa concepção de política de Hannah Arendt oferece a possibilidade de se pensar a política como algo que não se define exclusivamente por referência ao Estado e que se qualifica como forma de sociabilidade e que por isso mesmo depende da forma como a sociedade se institui enquanto espaço que cria suas próprias normas, suas próprias regras, seus próprios critérios, a partir dos quais os acontecimentos e os constrangimentos da vida em sociedade podem se fazer visíveis e inteligíveis para os que dela participam. Esta interpretação da política que faz Hannah Arendt é portanto, uma interpretação que amplia o espaço da política retirando-a do espaço restrito do Estado e trazendo-a para o âmbito da sociedade como um todo ao referir-se a um espaço onde as decisões dizem respeito a todos. Sua noção de política implica em uma troca de falas onde todos participam, o que supõe a existência de um espaço público onde as pessoas se sintam participantes e atuantes politicamente.

O SENTIDO DO ESPAÇO PÚBLICO

Partindo de uma tradição do pensamento filosófico grego em *A Condição Humana*, Hanna Arendt (1995) vai distinguir duas esferas da vida humana – a esfera privada e a esfera pública. Segundo ela, o surgimento da cidade-estado significou que os homens possuíam dois tipos de vida – um ligado à família e outro à vida política. Das atividades que estão presentes nas comunidades humanas apenas duas são consideradas eminentemente políticas: a ação (práxis) e o discurso (léxis), através dos quais surge a esfera dos negócios humanos, ou seja, o espaço público.

O que caracterizava a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências. A força compulsiva era a própria vida, e a vida, para sua manutenção individual e sobrevivência como vida da espécie, requer a companhia dos outros. A esfera da pólis, ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas, era que a vitória sobre as necessidades da vida em família, constituía a condição natural para a liberdade na pólis. Deste modo, a esfera pública era o lugar onde os homens podiam exercer a sua individualidade e, em benefício disto, cada um estava disposto à administração dos negócios humanos.

O viver na pólis significava que todos os assuntos de interesse coletivo deveriam ser decididos mediante às palavras e a persuasão, e não através da violência e da força que são modos pré-políticos característicos do lar e da vida em família. Na esfera familiar havia o domínio do chefe de família, a quem as pessoas deviam obediência, marcada pela desigualdade em termos de autoridade em relação ao chefe, tendo este a autoridade de um déspota. A pólis, diferentemente, concebia os homens como iguais, pois no espaço público todos são iguais por terem acesso à palavra.

Como se vê, para Hanna Arendt, a esfera pública pode ser considerada uma forma de sociabilidade que pressupõe dois fenômenos. Primeiro, tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos. Este lugar da visibilidade e do aparecimento é o espaço no qual surge a singularidade de cada um. Nossa percepção da realidade depende da aparência. Ou seja, aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos, é o que constitui para nós a realidade. Portanto, é da existência de uma esfera pública que as coisas podem emergir da “treva da existência resguardada”. Ser visto e ouvido por todos vai nos garantir que uma mesma questão possa ser vista por ângulos diferentes.

Essa realidade é o que constitui um mundo comum que articula os indivíduos em torno daquilo que se configura como interesses comuns. Esse mundo comum é uma construção, um “artefato humano”. Ele é regido pela pluralidade de pontos de vista e é justamente esta pluralidade que confere certeza ao que existe, pois é neste processo de “comunicação” que as experiências pessoais e subjetivas podem ser confirmadas, pelo fato de transcenderem a esfera privada. Essa comunicação se dá através da opinião via persuasão e discussão na qual se chega a um acordo e a um consentimento público, sem que este acordo anule as diferenças:

“(...) o mundo comum permanece inumano num sentido muito literal, enquanto os homens não fazem dele objeto permanente de debate. Pois o mundo não é humano por ter sido feito pelos homens e ele não se torna humano porque a voz humana aí ressoa, mas somente quando se torna objeto de diálogo.” (Arendt citada por Telles, 1990, p.30).

O segundo fenômeno pressuposto pela esfera pública, enquanto forma de sociabilidade, é que o público significa o próprio mundo que é comum a todos. Quando uma sociedade perde o espaço público, ninguém pode concordar com ninguém, pois não existe um local onde, a despeito das diferenças de cada um, existam condições de igualdade da ação e do discurso. Neste caso, os homens estão inteiramente privados de um espaço comum e vivem numa condição de isolamento, dado que as pessoas passam a ser privadas de verem e ouvirem os outros:

“(...) são todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular, que continua a ser singular ainda que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes. O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva” (Arendt, 1995, p.67).

Deste modo, Hannah Arendt formula uma noção de espaço público que sinaliza para a construção de espaços amplos de participação política, para além daqueles que dizem respeito somente à alguns técnicos que tomam as decisões para o conjunto da sociedade. O sentido que Arendt dá à noção de espaço público é o de um espaço de permanente negociação, sempre aberto ao conjunto da sociedade, e no qual os conflitos se tornam legítimos e objetos de constante debate. E para que a interlocução neste espaço se torne possível é necessário a construção de parâmetros públicos que sirvam de balizas para o debate no seu interior.

OS DIREITOS COMO PARÂMETROS DE RELACIONAMENTO NO ESPAÇO PÚBLICO

Para Hannah Arendt, a história do mundo moderno é a história da dissolução do espaço público, e nas circunstâncias modernas, essa privação tornou a solidão um fenômeno de massa:

“O motivo pelo qual esse fenômeno é tão extremo é que a sociedade de massas não apenas destrói a esfera pública e a esfera privada: priva ainda os homens não só do seu lugar no mundo, mas também do seu lar privado, no qual antes eles se sentiam resguardados contra o mundo e onde, de qualquer forma, até mesmo os excluídos do mundo podiam encontrar-lhe o substituto no calor do lar e na limitada realidade da vida em família.” (Arendt, 1995, p.68)

O espaço público constrói um mundo comum entre os homens. E este mundo tem que ser pensado não apenas como aquilo que é comum, mas como aquilo que é comunicável. Portanto, é necessário que se inscrevam critérios de discernimento neste espaço, a partir dos quais os

homens possam, diante da pluralidade, distinguir o relevante do irrelevante, o justo do injusto e o legítimo do ilegítimo. Com a dissolução do espaço público e desses critérios os homens só poderão confiar na sua subjetividade e farão dos seus interesses e sentimentos privados a medida de todas as coisas. A perda do mundo comum constrói a figura do indivíduo desinteressado e desprovido de responsabilidade perante o mundo. Para esse indivíduo o outro pouco importa, sua existência ou não, não faz a menor diferença. As pessoas tornam-se isoladas pela perda deste espaço que articula os homens. Reduzidos à dimensão privada da vida social, esta agora se qualifica como privação.

Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada, significa ser privado do fato de ser visto e ouvido por outros. O homem privado não se mostra e, portanto, é como se não existisse.

A perda de um mundo compartilhado de significações, no qual a ação e a palavra de cada um possam aparecer como algo que importa, é acompanhado pela experiência de impotência que traduz a perda de um espaço no qual a ação e a palavra podem se manifestar enquanto poder. (Telles, 1990) Essa experiência da impotência equivale à perda da própria liberdade, no sentido dado por Hannah Arendt, pois para ela liberdade é um atributo definidor da ação enquanto capacidade de “interromper os automatismos dos processos vitais”. Por isso a liberdade se contrapõe ao mundo das necessidades e carências e expressa a dimensão propriamente política da ação. Por isso, a perda do espaço público significa a perda dessa condição de igualdade que apenas a liberdade pública pode construir. Excluídos desse espaço, os homens são tratados por sua diferenças, sem a possibilidade de serem tratados como semelhantes. Em grande parte, é isso o que aconteceu com aqueles que, perdendo seu acesso à cidadania, perderam “todas as qualidades políticas distintivas e se converteram em seres humanos e nada mais que seres humanos” (Arendt, 1989).

A interação política que vincula as pessoas sem coerção e sim pelo princípio da persuasão é mediada pela lei. Mas as leis não tem o sentido de prescrições ou mandamentos. Elas existem para “erigir fronteiras e estabelecer canais de comunicação entre os homens” (Arendt, 1989), delimitando o espaço no qual a interação política se dá. É neste sentido que Hannah Arendt elabora sua noção de direitos sem defini-los com referência às necessidades, interesses ou demandas individuais ou com referência ao Estado. Ao falar em direitos refere-se a uma forma de sociabilidade política onde o direito só pode existir no exercício efetivo dos direitos. Para ela, deste modo, direito significa direito a ter direitos, ou seja, pertencer a uma comunidade política que garanta que as ações e as opiniões de cada um encontrem lugar na condução dos negócios humanos. Daí a necessidade de um espaço no qual cada um possa ser julgado por suas ações e opiniões, e não pela sua classe, origem ou raça.

A Declaração dos Direitos do Homem no fim do século XVIII foi um marco decisivo na história. Como tais direitos foram afirmados como inalienáveis, irredutíveis e indeduzíveis de outros direitos ou leis, não se invocava nenhuma autoridade para estabelecê-los. O próprio homem seria a sua origem e seu objetivo último. A declaração dos direitos humanos se referia a um ser humano abstrato e sua garantia e proteção foi associada à questão nacional. Isso tornou-se evidente, apesar da suposição de que esses direitos seriam independentes de todos os governos, no momento em que uma grande massa de indivíduos deixaram de ter um governo próprio e não lhes restava nenhuma autoridade para protegê-los e nenhuma instituição disposta a garanti-los. Neste sentido, os direitos do homem tornaram-se inúteis, no momento em que havia pessoas que não eram cidadãos de algum Estado-nação (Arendt, 1989).²

² Para discussão mais aprofundada sobre os direitos humanos e o pensamento de Hannah Arendt, ver Lafer, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o*

A primeira perda que sofreram essas pessoas privadas de direitos foi a perda dos seus lares, perdendo assim a possibilidade de ter um lugar no mundo. A segunda perda sofrida por elas foi a perda da proteção do governo.

Como afirma Hannah Arendt:

“A calamidade dos que não têm direitos não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade, nem da igualdade perante a lei ou a liberdade de opinião – fórmulas que se destinavam a resolver problemas dentro de certas comunidades – mas do fato de já não pertencerem a qualquer comunidade. Sua situação angustiante não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles; não de serem oprimidos, mas de não haver mais ninguém que se interesse por eles, nem que seja para oprimi-los” (Arendt, 1989, p.329).

E continua: “A privação fundamental dos direitos humanos manifesta-se, primeiro e acima de tudo, na privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e ação eficaz (...) São privados não do seu direito à liberdade mas do direito à ação; não do direito de pensarem o que quiserem, mas do direito de opinarem.” (Arendt, 1989, p.330) Esses indivíduos são privados do que Hannah Arendt chama de “direito a ter direitos”, o que significa, pelo vínculo da cidadania, pertencer a algum tipo de comunidade juridicamente organizada e viver numa estrutura onde se é julgado pelas ações e opiniões, ou seja, por obra e princípio da legalidade.

Para o ser humano que perdeu o seu lugar na comunidade restam apenas aquelas qualidades que geralmente só se podem expressar no âmbito da vida privada, e que permanecem sem nenhum interesse público:

pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

“Toda essa esfera do que é meramente dado, relegada à vida privada na sociedade civilizada é uma permanente ameaça à esfera pública, porque a esfera pública é tão consistentemente baseada na lei da igualdade como a esfera privada é baseada na lei da distinção e da diferenciação universal. A igualdade, em contraste com tudo o que se relaciona com a mera existência, não nos é dada, mas resulta da organização humana. Não nascemos iguais; tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força da nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente iguais” (Arendt, 1989, p.335).

Daí a recusa do jusnaturalismo por Hannah Arendt, que observa em seu ensaio sobre a revolução (Arendt, 1988), que os homens não nascem iguais nem são criados igualmente por obra da natureza. É a pólis, por meio da lei, isto é, das normas, costumes, opiniões e maneiras de pensar que faz surgir uma ordem igualitária, sendo esta, portanto, uma construção convencional.

Os indivíduos tornam-se iguais no sentido que todos têm liberdade para expor seus interesses e aspirações apresentando-os aos demais. Trata-se, no entanto, de uma igualdade política. A própria Hannah Arendt reconhece que a igualdade só pode ser política, pois as pessoas por natureza são diferentes. Nesta direção Hannah Arendt acaba por não tratar das diferenças sociais. Mas segundo Celso Lafer (1988), a visão arendtiana do privado e do público pressupõe e requer uma sociedade em que prevaleça um patamar mínimo de atendimento às necessidades de condições de vida. De qualquer forma, no Brasil, onde milhares de pessoas não têm acesso a estas condições mínimas de vida, essas diferenças não podem ser ignoradas por serem gritantes.

Neste aspecto Hannah Arendt traz uma visão autonomizada da política onde a ação e o discurso são desvinculados dos interesses e dos conflitos. (Telles, 1990)

Para ela, cada uma dessas atividades – ação, trabalho e labor, se realiza no lugar que lhe é próprio no mundo e esses lugares não devem se embaralhar – e é justamente esse o problema das sociedades modernas. O primado do trabalho significa que os imperativos da necessidade invadiram a esfera pública de tal forma que esta terminou por se desfigurar transformando-se numa vasta administração técnica e burocrática, que existe apenas em função da economia. Trata-se, para ela, da ascensão do social em prejuízo da esfera pública e também da esfera privada, no qual todos os membros da sociedade agem de forma a garantir sua vida. Neste sentido, recusa-se em conferir qualquer dignidade política aos interesses que movem os homens em suas vidas privadas, negando-se a reconhecer a existência do conflito.

O conflito existe e é por ele existir que é necessária a construção dessa linguagem que estabeleça critérios para seu exame. É desse ponto de vista que o espaço público se determina como espaço político que “tem por efeito instituir uma cena na qual o conflito se apresenta aos olhos de todos como necessário, irredutível e legítimo” (Lefort, 1991a). Justamente por isso é que é necessária uma linguagem que “desprivatize” esses interesses, e os tragam a público para que sejam reconhecidos com legítimos. E os direitos cumprem esse papel na medida em que transformam-se em uma linguagem política que possibilita o exame do que é legítimo e do que não é (Lefort, 1991b), tornando possível a interlocução e a negociação no espaço público.

O DESAFIO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS MEDIADOS POR DIREITOS

Uma atualização do pensamento de Hannah Arendt torna possível um entendimento ampliado do espaço da política, deixando de restringi-la à esfera dos partidos políticos e do Estado, trazendo-a para o âmbito

da sociedade como um todo. A noção de política trabalhada por esta autora, implica em uma troca de falas onde todos participam, o que supõe a existência de espaços públicos onde as pessoas se sintam participantes e atuantes politicamente. É esse tipo de noção de política que deve permear um projeto de democratização efetiva da sociedade brasileira, pois a construção deste tipo de democracia depende da construção de espaços públicos pelos quais as pessoas possam formular, na linguagem pública dos direitos, seus problemas, interesses e aspirações e possam “dialogar” e “negociar” com os demais, tornando-se indivíduos atuantes – cidadãos no sentido mais forte da palavra.

É necessário que se constituam esses espaços públicos a fim de que milhões de pessoas em nosso país, impedidas de serem “vistas” e “ouvidas”, possam finalmente ingressar nessa arena de disputa, como um primeiro passo para a construção de um país mais justo e igualitário. País este, tão marcado pelas desigualdades e que se configura, sobretudo, como uma semi-democracia que funciona apenas para uma parte dos atores sociais – os reconhecidos como cidadãos.

A política, enquanto dimensão social na qual os dramas deveriam ser trazidos a público, é vista como algo distante, inalcançável e que se remete às decisões de técnicos e profissionais do governo e do parlamento. Isto se deve ao fato do público ter sido construído na sociedade brasileira, como algo externo à vida das pessoas e ligado à esfera do governo, restando aos interesses e aspirações das pessoas o domínio do privado. Deste modo, no Brasil a linguagem dos direitos não atua como referência para a resolução dos dramas cotidianos, cada um fechando-se no seu mundo privado e tentando resolver seus problemas nesse âmbito.

O desafio que se coloca à sociedade brasileira é a construção de arenas públicas nas quais seja possível “(...) construir um sentido de pertencimento, sem o qual homens e mulheres não podem se reconhecer como cidadãos. É impossível fazer dos direitos referências que

estruturem identidades cidadãos numa sociedade que destitui, por todos os lados, cada um e todos, de um lugar de reconhecimento.”(Telles, 1994, p.44)

A construção de espaços públicos não requer a homogeneização dos conflitos, mas a articulação através de normas e valores que constituem um meio de comunicação dos grupos em conflito. A sustentação da democracia depende da regulamentação de várias ações particulares, mediante regras de aceitação geral, e a construção da cidadania dá-se em forma de organização social fundada em vínculos de uma comunidade que define cada um dos seus membros como igualmente dignos de respeito (Alexander, 1993). Nós não nascemos iguais: nós nos tornamos iguais como membros de uma coletividade, em virtude de uma decisão conjunta que garante a todos direitos iguais. A igualdade não é um dado. Ela é uma construção, elaborada convencionalmente pela ação conjunta dos homens, através da organização da comunidade política.

No Brasil, reivindicações, demandas e aspirações de atores coletivos diversos vêm se inscrevendo em uma institucionalidade emergente que se abre a espaços de representação, interlocução e negociação. No entanto, tudo isso ainda é descontínuo, fragmentário e representa conjuntos minoritários na sociedade brasileira (Telles, 1994). A maior parte dessa sociedade ainda se encontra na situação similar aos apátridas descrita por Hannah Arendt. São massas avassaladoramente grandes, excluídas do “mundo dos direitos” e da atuação política em um espaço que considere suas opiniões e leve em conta seus interesses. São aqueles indivíduos que são descredenciados enquanto sujeitos reconhecíveis e reconhecidos no espaço público. Esses, nos termos de Hannah Arendt, são os “párias” da sociedade e a eles corresponde essa figura de um indivíduo privatizado ao qual ela se refere.

O aprofundamento e a extensão da democracia no Brasil necessita de espaços de reconhecimento a esses “párias” da nossa sociedade a fim

de que eles possam ter direito a direitos, tornando-se cidadãos participantes da vida política e das decisões que a ela dizem respeito. Só assim estaremos construindo verdadeiramente a democracia em nosso país.

ABSTRACT: In Brazil an actual discussion, refers to the possibilities of the effective construction of the democracy in the Brazilian society, in which is possible the active political participation of the citizens, not just in what it concerns to the incorporation to the political system in its strict sense, but to its effective participation through public spaces of representation and negotiation. Hannah Arendt's work is retaked in this article because this authoress works with subjects that make her current in the discussions about the democracy deepening in Brazil, when she elaborates a theory of the politics including the need of public spaces creation , mediated by the right as parameter.

KEYWORDS: Brazil, democracy, publics spaces, rights, Hannah Arendt.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, J. Retorno a la democracia: la solidariedad universalista y el mundo. In: *Modernización econômica, democracia política y democracia social*. El Colégio de México, 1993.
- ARENDT, H. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem. In: *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1980.
- _____. *Da Revolução*. Brasília: Ed. UnB/Ática, 1988.
- _____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- LAFER, C. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- LEFORT, C. Hannah Arendt e a questão do político. In: *Pensando o político - ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991a.
- _____. *Pensando o político - ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991b.
- TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*, Revista de Sociologia-USP, São Paulo, 1º semestre, 1990, pp. 23-48.
- _____. Sociedade civil, direitos e espaços públicos, *Polis*, nº 14, 1994, pp. 43-53.